

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO, *CAMPUS* DE CORUMBÁ, DÉCADA DE 1970: SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES LEIGOS DE CIÊNCIAS

State University of Mato Grosso, Corumbá, *Campus*, 70's: Some Remarks on Science Teachers Formation

Kátia GUERCHI GONZALES*
Antonio Vicente MARAFIOTI GARNICA**

Resumo: Esse artigo tem como objetivo delinear alguns elementos sobre o movimento para a formação de professores leigos de Ciências, ocorrido na década de 1970, na Universidade Estadual de Mato Grosso – UEMT, atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Corumbá. Depoimentos de pessoas que, de alguma forma, participaram desse projeto específico de formação docente, foram constituídos e analisados à luz da História Oral. Dessas análises surgem indícios de que esse *campus* da UEMT, desde seu início, teve papel fundamental no processo de formação de professores na região sul do estado de Mato Grosso Uno.

Palavras-chave: Educação Matemática, Ensino de Ciências, História Oral, Formação de Professores, Sul do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul.

Abstract: The main intention of this paper is to sketch some aspects of the movement of teachers formation that took place in the 70's at State University of Mato Grosso (UEMT), in Corumbá *Campus*. Some interviews with teachers, students and staff members of that time were analysed following the framework of Oral History taken as a qualitative research methodology. From such analyses result understandings that Corumbá *Campus* was, since its beginning, an important

Uma introdução: sobre o(s) método(s)

Este artigo é recorte de um trabalho de doutorado (GONZALES, 2017) defendido pela primeira autora, sob a orientação do segundo autor, no Programa de Pós-graduação em Educação para a Ciência da UNESP de Bauru. A tese em questão focaliza as Licenciaturas Parceladas, cuja implantação ocorreu no então Mato Grosso Uno e desenvolveu-se até alcançar o momento histórico em que já estava criado o estado do Mato Grosso do Sul. A tese, então, volta-se, mais especificamente, para o Sul do Mato Grosso e, quando tratando do período posterior a 1979, ao Mato Grosso do Sul. As Licenciaturas Parceladas – tomadas como instâncias de formação emergencial de professores leigos – deve ser investigada em duas frentes

* Doutora em Educação para a Ciência pela Unesp, Docente na Universidade Anhanguera-Unid-erp. Email: profkatiaguerchi@gmail.com

** Livre-docente. Doutor em Educação Matemática pela Unesp. Docente do Departamento de Matemática, Faculdade de Ciências, Unesp *campus* de Bauru, SP. Email: vgarnica@fc.unesp.br

part in the process of teachers formation in the South region of the former Mato Grosso State.

Keywords: Science and Mathematics Education, Oral History, Teachers Formation, South of Mato Grosso State (Brazil).

distintas: há uma Licenciatura Parcelada de Curta duração em Ciências (vigente na década de 1970) e uma Licenciatura Parcelada em Ciências “com Habilitação em” (vigente na década de 1990). No caso, a pesquisa em questão voltou-se à Habilitação em Matemática. Este artigo, portanto, é recorte dos estudos relativos à primeira dessas Licenciaturas em regime parcelado.

O trabalho de doutorado foi desenvolvido segundo as perspectivas da História Oral, estando inscrito no Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (GHOEM), criado em 2002. Mais especificamente, é parte de um projeto de ampla envergadura, desenvolvido por esse Grupo, que visa a compreender, do ponto de vista historiográfico, o movimento de formação e atuação de professores que ensinam/ ensinaram Matemática no Brasil, em diferentes tempos, espaços, instituições e modalidades de formação e atuação docentes. Já se pode perceber, portanto, que um Projeto de tal envergadura é, necessariamente, um projeto contínuo, sempre em movimento. Entretanto, estudos singulares, quando analisados em conjunto, permitem compreensões amplas, ainda que de forma alguma se pretenda generalizar dados ou compreensões que, retratando aspectos uma determinada realidade, num determinado momento, dificilmente seriam aplicáveis a outras realidades e momentos. Nos quinze anos de vigência desse projeto, entretanto, tendo estudado modalidades de formação

distintas, em períodos vários, de diferentes estados brasileiros, compreende-se, por exemplo, que a formação de professores que ensinam/ensinaram Matemática no Brasil sempre foi marcado pela precariedade, pela urgência e pela transitoriedade, principalmente aquela transitoriedade decorrente das alterações abruptas dos Governos e das políticas públicas.

Os projetos que compõem essa tentativa de Mapeamento desenvolvida pelo GHOEM, via-de-regra, têm a História Oral (HO) como metodologia predominante. Mas ainda que a expressão História Oral faça parte inclusive do nome do Grupo, não apenas ela é mobilizada nos trabalhos nele desenvolvidos. Além da História Oral, são comuns os estudos do GHOEM que se valem de uma outra perspectiva teórico-metodológica, conhecida por Hermenêutica de Profundidade (HP). Os princípios de ambas – HO e HP – obviamente dialogam, mas no GHOEM elas sempre foram aplicadas separadamente, em trabalhos distintos. Ocorre que em Gonzales (2017), percebida a imbricação entre HO e HP, há uma primeira tentativa em amalgamar essas duas perspectivas, e o trabalho sobre as Licenciaturas Parceladas foi desenvolvido segundo essa disposição de fundir ambos os enfoques.

A História Oral – quando mobilizada em trabalhos de natureza historiográfica – visa a criar uma trama narrativa a partir do registro de memórias de algumas pessoas cuja proximidade com um determinado tema é tida como relevante pelo pesquisador. Essas memórias são registradas oralmente e um conjunto de dispositivos técnicos permite que essas narrativas se transformem em textos escritos a partir dos quais, sem negligenciar as outras tantas fontes – escritas, pictóricas, fílmicas, arquiteturais etc – uma trama interpretativa permita ao autor criar uma outra narrativa (uma narrativa fundada em narrativas, portanto) que não tem a prerrogativa de ser menos ou mais verdadeira, menos ou mais legítima, menos ou mais confiável que qualquer outra narrativa plausível. A intenção, assim, é elaborar uma narrativa, cotejando as mais diversas fontes possíveis – mas partindo das fontes orais – pautada na plausibilidade, não na verdade, posto que “a” verdade é algo onírico, inalcançável, quimérico. O estudo das Licenciaturas Parceladas, seguindo essas disposições da História Oral, teve como ponto de partida 14 entrevistas com professores, administradores e ex-alunos desses cursos. Dentre os entrevistados estão não apenas os agentes que propuseram essa modalidade para os estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, mas também professores que ministraram disciplinas, ex-alunos e até mesmo uma funcionária da Universidade, responsável pela escrituração dos cursos.

Por sua vez, chama-se Hermenêutica de Profundidade uma perspectiva teórico-metodológica que se volta à interpretação de formas simbólicas. Formas simbólicas são elaborações humanas intencionais, vigentes em determinados

tempos e espaços e que, em suas criações e disseminações, criam e fazem funcionar relações assimétricas de poder. Compreender as ideologias que cercam as formas simbólicas é o objetivo da HP, que está enraizada na Sociologia e foi inicialmente proposta por John Thompson (THOMPSON, 1995), sociólogo inglês. Depoimentos – narrativas de memória adequadamente registradas – são formas simbólicas, assim como o são os livros, as obras de arte, as legislações etc. Assim, as narrativas criadas segundo as disposições da História Oral podem ser analisadas/interpretadas segundo os parâmetros da HP. E foi essa a concepção central que fez surgir a trama de análise dessa pesquisa sobre as Licenciaturas Parceladas. Certamente a “criação” dessa vinculação entre HP e HO exigiu esforços teóricos impossíveis de reproduzir neste artigo. Para os interessados neste tema, sugerimos a leitura de Gonzales (2017)¹, cujas primeiras setenta páginas tratam exatamente da fundamentação dessa “nova” perspectiva teórico-metodológica.

Dito isso, a sequência deste artigo passa a tratar dos cursos de formação emergencial para professores leigos desenvolvidos, na década de 1970, pela Universidade Estadual de Mato Grosso (atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), no *campus* Corumbá.

Um panorama inicial

Na década de 1970 o estado de Mato Grosso, então Uno, possuía cerca de 1,6 milhão de habitantes distribuídos por uma extensão territorial de aproximadamente 1.260.482,87 km². Contudo, de acordo com Bittar (2009) e Faoro (2014), a população da região sul era maior do que a do restante do estado e, assim, gerava mais de 70% da arrecadação de todo o Mato Grosso Uno. Mesmo sendo responsável pela maioria da produção do estado e tendo inegável relevância econômica, os sulistas, devido ao percurso histórico atropelado, eram desprezados politicamente pela região norte.

De acordo com os estudos de Moro (2009), até a década de 1960, no sul do Mato Grosso Uno, entre as principais atividades que movimentavam a economia estavam a bovinocultura, a cafeicultura e a erva-mate. Com os programas federais, estaduais e até mesmo municipais que incentivavam a ocupação produtiva do território, houve um crescimento significativo no fluxo migratório, contribuindo com alterações na economia da região.

Este fluxo migratório pode ser observado nos relatos dos colaboradores da pesquisa que gerou este artigo: Gilberto Luis Alves, paulista, mudou-se para Cuiabá no início de 1970 e de lá para Corumbá, em 1972. Masao Uetanabaro,

¹ Disponível integral e gratuitamente em www.ghoem.org

biólogo, nascido no interior de São Paulo, deixa seu estado em 1973, quando começou a trabalhar na Universidade Estadual de Mato Grosso – UEMT, em Corumbá. O mineiro Carlos Henrique Patusco, engenheiro, também acompanhou o movimento migratório, chegando em Corumbá no final da década de 1960 para trabalhar na Companhia Cimento Portland Itaú², atual Votorantim.

No Brasil, entre 1968 e 1975 - período que coincide com o fluxo migratório do qual participaram nossos colaboradores – estava em curso um processo desenvolvimentista e expansionista de planejamento econômico que claramente contribuiu para a migração e, conseqüentemente, reavivou a ideia do divisionismo no Mato Grosso Uno. O país experimentava um ciclo de crescimento e de consolidação industrial, promovida em boa parte pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)³. A região Centro-Oeste, juntamente com outras regiões, foi parte desta expansão. O estado do Mato Grosso do Sul (MS)⁴, na época sul do Mato Grosso Uno, limitado territorialmente pelos estados de Goiás a nordeste, Minas Gerais a leste, Mato Grosso ao norte, Paraná ao sul e São Paulo a sudeste, e também por dois diferentes países – a Bolívia a oeste e o Paraguai a oeste e sul – fazia parte desta região.

Para que ocorresse o desenvolvimento do Centro-Oeste, de acordo com os estudos de Moro (2009), inúmeros Planos e Programas foram postos em ação. O Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (Pladesco) foi um deles. O Pladesco vigorou de 1968 a 1970, e tinha como um dos objetivos centrais ampliar e expandir a produção de produtos vegetais e minerais, como o ferro e a soja. A Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco) também foi criada no ano de 1967 com a mesma finalidade. Outro desses programas vigorou entre 1971 e 1974. Trata-se do Programa de

² Com base nas informações do jornal on-line Correio de Corumbá, do dia 31 de Outubro de 2012, que trazia informações sobre a comemoração de 60 anos da fábrica de Corumbá da Votorantim Cimentos, sabemos que ela iniciou suas operações em 1954, marcando o início da industrialização no estado do Mato Grosso do Sul. Foi construída às margens do Rio Paraguai, uma vez que, à época, as estradas eram precárias, poucas eram pavimentadas, e a navegação fluvial, apesar de sofrível, segundo Rodrigues (1978), aproveitava o Rio Paraguai para transportar cimento pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata entre as cidades de Cáceres, Cuiabá, Corumbá, Montevidéu (Uruguai) e Buenos Aires (Argentina).

³ Instituído pela Lei 5727/1971, o I Plano Nacional de Desenvolvimento tinha como meta proporcionar crescimento econômico. Traça-se, assim, o objetivo de preparar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do país, enfatizando setores de telecomunicações e transporte. Previa-se ainda a expansão das indústrias siderúrgicas, navais e petroquímicas, articulando sempre Bancos Oficiais, Instituições Públicas e Empresas Estatais (BRASIL, 1971b).

⁴ Atualmente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado possui uma área de 357.145,532 km², no qual estão distribuídos 79 municípios. Sua capital é Campo Grande e sua população – até o último censo, realizado em 2010 – é de 2.449.024 habitantes (BRASIL, 2013).

Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Prodoeste), que tinha como intenção norteadora proporcionar a integração do território nacional via pavimentação da malha rodoviária. Ao executar essa política, o poder federal tinha como finalidade interligar de modo eficiente as regiões Sul e Sudeste com as principais áreas de produção agropecuária do Centro-Oeste. As atuais BR-163, BR-262 e BR-267 são resultados dessa política. De acordo com Moro (2009), o período de maior transformação do Centro-Oeste ocorreu entre a metade da década de 1960 e o final da década de 1970.

Tantas mudanças atraíam a atenção de pessoas de outros estados e de países fronteiriços. O professor Carlos Henrique Patusco, por exemplo, ressalta, em seu depoimento, que muitas pessoas chegavam a Corumbá como bandeirantes em busca de riqueza – neste caso, trabalho. Professores desciam do trem à procura da faculdade que eles tinham ouvido dizer que existia ali, bem como das oportunidades dadas, a quem tivesse interesse, por Salomão Baruki⁵, o reitor àquela época. Patusco explica que o migrante

...vinha pelo ouvir dizer, né? E o Salomão gostava de dar chance e de receber. Ele perguntava: *Você é o quê? Pedagogo? Matemático?* Aí ele dizia: *Vou arrumar uma forma de você lecionar aqui.* Então ele arrumava e a pessoa fazia a vida dela aqui, ficava aqui e depois ia ser até vereador (Entrevista do professor Carlos Henrique Patusco).

Nos vários relatos criados para nossa pesquisa, a migração e a imigração são ressaltadas pelos entrevistados. O professor Sérgio Delvizio Freire relembra que muitos dos imigrantes iam principalmente para a cidade de Corumbá, e observa: “Passei muito tempo da minha vida lá e tinha muita gente migrando, apesar de Corumbá, como você sabe, ser uma cidade que não tem muita opção. De um lado tem o rio Paraguai, do outro lado tem a Bolívia e do outro lado tem morro”.

Essa afirmação nos chamou a atenção e nos levou a buscar compreender o motivo de tanta procura por um lugar que, na visão do nosso colaborador, não tinha atrativo algum. Isso implicou tomarmos mais detidamente, como foco, essa parte do sul do Mato Grosso Uno, e particularmente a cidade de Corumbá que, já à época, era grande polo de ensino superior.

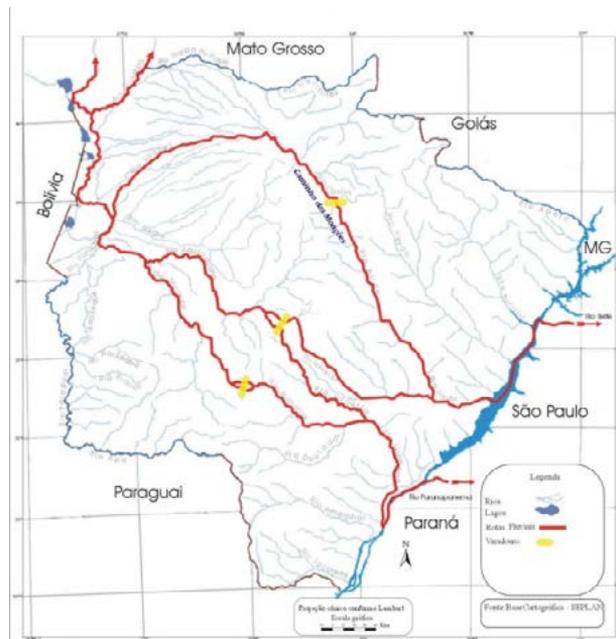
Entre rios e navegações: uma cidade

Atualmente, o estado de Mato Grosso do Sul possui um território de 358.158, 70 Km², ocupando uma posição central na América do Sul. É o mais “platino” dos

⁵ Salomão Baruki foi médico, político e professor universitário na cidade de Corumbá. Assumiu cargos importantes como o de Secretário de Estado de Educação e Cultura de Mato Grosso, e de vice-reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso.

estados brasileiros do ponto de vista hidrográfico, já que está entre rios na Bacia do Prata: o Paraná (a leste) e o Paraguai (a oeste). Esse peculiar entrecruzamento de fluxos fluviais do estado facilita as ligações não apenas entre vários estados brasileiros – São Paulo, Mato Grosso, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná – mas também com alguns países que pertencem à Bacia do Prata – Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. De acordo com Bourlegat (2000), a navegação a vapor, que se propagou por todo litoral brasileiro, encurtou em mais ou menos cinco vezes a duração da viagem entre o Rio de Janeiro e o Mato Grosso. Corumbá valeu-se dessa privilegiada situação hidrográfica, e em “1878 a Vila de Corumbá já tinha se transformado na primeira cidade do Mato Grosso do Sul em tamanho de população” (BOURLEGAT, 2000, p.186).

Figura 1: Rotas Fluviais no Sul do Mato Grosso Uno, utilizadas nos séculos XVII e XVIII



Fonte: Bourlegat, 2000, p.93

Foi neste período, ao final do século XIX, segundo Bourlegat (2000), que a Argentina passou a vivenciar a chamada “era de ouro”, afetando também o Uruguai e os territórios mato-grossenses pertencentes à bacia do Paraguai. Isso porque o crescimento desses países platinos, resultado dos avanços tecnológicos nos meios de navegação, propagou-se até o estado de Mato Grosso, já que vários negociantes que atuavam no Uruguai e na Argentina passaram a visitar o porto de Corumbá para realizar negócios com fazendeiros locais, comprando produtos exportáveis e fornecendo produtos industrializados.

Com o aumento da circulação de mercadorias pelo rio Paraguai, Corumbá tornou-se um verdadeiro porto-empório, um transbordo de embarcações que tinham como destino a capital estadual e sua redondeza, destacando-se como principal local de uma rede de povoados e fazendas, atuando na coleta da produção rural e distribuindo os produtos industrializados que chegavam pela bacia do Paraguai. Os produtos oriundos do porto de Corumbá alcançavam Campo Grande por meio de carretas, carros de boi e burros.

Em 1895, ainda segundo Bourlegat (2000), a política nacional estimulava a imigração. A lei estadual nº 102, por exemplo, visava autorizar a concessão gratuita, para imigrantes nacionais e estrangeiros, de terras devolutas numa zona de 60 quilômetros adjacentes aos limites com outros estados e às fronteiras, para serem usadas como lavoura e para a criação de gado. Até a década de 1920 a atividade comercial foi mantida em Corumbá, posto a partir do qual as cargas e os passageiros eram baldeados em embarcações a vapor em linhas destinadas à Aquidauana, com escalas em Miranda, Cuiabá e Cáceres. Todos esses fatores até aqui destacados fizeram de Corumbá a cidade mais populosa do estado de Mato Grosso logo depois da capital do estado, Cuiabá, permanecendo assim, segundo Bourlegat (2000), até a Primeira Guerra Mundial.

A rede comercial então tinha se estendido, a partir de Corumbá, até o norte do estado, tendo como suporte alguns núcleos comerciais secundários formados por Rosário, Diamantino e Cáceres e, ao sul do estado, Nioaque, onde estavam as filiais das casas comerciais de Cuiabá e Corumbá.

No sul do Mato Grosso destacavam-se como produtos importantes de exportação a erva-mate, o gado e alguns produtos dele provenientes (couro, ossos, sebo etc). Contudo, Bourlegat observa que o comércio acontecia também de modo ilegal, havendo grande quantidade de erva-mate contrabandeada em direção ao território paraguaio por meio do porto de Concepción. Além disso, juntamente com o contrabando de erva-mate, outros produtos de exportação também acabavam sendo contrabandeados e, assim, as fronteiras que se tornaram portas de entrada de mercadorias transformaram-se em principais pontos de troca. Toda essa situação favoreceu o surgimento e o desenvolvimento de algumas pequenas cidades nos pontos de comercialização, tanto a oficial como a clandestina. São exemplos as cidades de Ponta Porã, Bela Vista, Amambaí, Rio Brillhante e Porto Murtinho.

Bourlegat destaca que em 1912 Campo Grande tinha se tornado o município com a maior quantidade de cabeças de gado do território do sul do Mato Grosso, estado que era o quarto produtor de rebanho bovino do Brasil. Neste período desenvolveu-se mais nitidamente a intenção de integrar o sul do Mato Grosso ao espaço de relações do país, com o intuito de redirecionar os fluxos de

comercialização para outras vias além daquela da bacia do Prata. Assim, iniciou-se um processo de integração deste estado com o de São Paulo por meio de transporte terrestre. Houve esforços para abrir estradas em direção a São Paulo para, principalmente, escoar gado excedente para os mercados paulista e carioca.

Vários projetos, por iniciativa da União, foram criados para estender as ferrovias do estado de São Paulo até o Mato Grosso. A proposta do engenheiro Emílio Schnoor, segundo Bourlegat (2000), foi a escolhida e operacionalizada, expandindo a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil⁶ de Bauru, no estado de São Paulo, a Corumbá, passando por Campo Grande.

A finalização da ferrovia deu-se coincidentemente com o início da Primeira Guerra Mundial, período em que houve a valorização de carne no mercado internacional. Por esse motivo, este novo modo de transporte atraiu, ao longo do trajeto da via férrea, investidores instigados pela política de concessão e aquisição de terras. Desse modo, ainda segundo Bourlegat (2000), o valor de exportação do gado bovino quase quadruplicou no Mato Grosso entre 1916 e 1919, evidenciando como cidades líderes, em número de cabeças de gado, Campo Grande e Corumbá.

Todos esses elementos mostram que Corumbá foi sendo constituída, devido sua localização, como cidade importante para o desenvolvimento comercial do estado de Mato Grosso. Por esses motivos, ainda que para o professor corumbaense Sérgio Delvizio Freire Corumbá não possuísse “nenhum atrativo”, a cidade, desde sua origem, foi polo de desenvolvimento. De acordo com Silva (2015, p.192) houve um período “em que a cidade possuía muitas indústrias que eram as maiores recolhedoras de impostos do estado”. Porém, chega um período de decadência - talvez ocasionada tanto pela criação da rodovia que liga Campo Grande a Corumbá, quanto pela ampliação da Noroeste em Campo Grande e pela ênfase cada vez mais nítida no transporte térreo. Esse estado de coisas parece justificar a afirmação do professor Freire.

Contudo, quando da implantação do Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá, criado nos moldes do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande, no final da década de 1960, a cidade parecia ainda apresentar características de estar em seu auge, já que o professor Carlos Henrique Patusco nos conta que em Corumbá estava a matriz da empresa Itaú, a única que, à época, fabricava turbina a gás no Brasil, o que demonstra o investimento de grandes

⁶ Em 1905 iniciou-se o processo de construção da ferrovia que sairia de Bauru com destino a Cuiabá. Contudo, dois anos depois, o decreto federal nº 6463 modificou o trajeto, fixando Corumbá como destino. Em 1908 iniciou-se a construção da ferrovia em Porto Esperança. Essa modificação, segundo Bourlegat (2000), atendia mais às necessidades políticas e econômicas pretendidas pela União, uma vez que procurava atingir os territórios mais relevantes do ponto de vista econômico, concorrendo, desta forma, com os portos de exportação da Bacia do Prata.

empresas na região. Nesse período, segundo Silva (2015), foi criado o curso de Ciências no Instituto de Corumbá no qual, mais tarde, o professor Gilberto Luiz Alves, aproveitando as leis vigentes, ofereceria um curso de formação a professores em serviço.

Segundo Baruki (1975), na década de 1970 os setores de produção da região de Corumbá, como a mineração, a pecuária, a indústria e a navegação, careciam de técnicos de nível superior para que fosse possível obter melhores resultados em termos de produtividade. Isso fez com que a Universidade adequasse seus programas, visando a dar oportunidades aos concluintes do então 2º grau – cuja quantidade crescia cada vez mais - que aspiravam pelo ingresso na Universidade. Com essa finalidade, cursos de Curta Duração, em conformidade com a legislação da época, foram oferecidos para atender diretamente a necessidade do mercado de trabalho. Nas palavras de Baruki (1975, p. 8), “Caminhamos assim para uma escola superior voltada para o trabalho, com a característica de ser dinâmica, atuante e integrada na comunidade”.

Além disso, em 1974, ainda de acordo com Baruki (1975), houve um grande marco para a região do pantanal mato-grossense: Corumbá foi definida como polo principal e prioritário para projetos nas áreas da energia, da indústria, dos transportes e da pecuária por meio do Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan) do Governo Federal. Esse fato contribuiu significativamente para a integração comunidade-universidade, e no ano de 1975 os cursos regulares de licenciatura em Letras, Estudos Sociais, Pedagogia, Ciências e Psicologia, bem como os cursos de Administração de Empresas e Ciências Contábeis, tiveram todas as suas vagas preenchidas.

Criação do Centro Pedagógico de Corumbá

Como parte desse movimento relativo ao ensino superior no estado de Mato Grosso - mais especificamente no sul do Mato Grosso - , em 1966 foi criado, em Campo Grande, com a Faculdade de Farmácia e Odontologia, o Instituto de Ciências Biológicas. Seguindo essa criação, em 1967 criou-se também o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá, localizado na cidade de Corumbá, com uma estrutura semelhante a do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande. O governo do estado, ainda em 1967, criou em Três Lagoas o Instituto de Ciências Humanas e Letras, estendendo a rede de ensino superior do estado.

Inicialmente o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá (ISPC) não tinha instalações próprias e funcionava nas dependências do atual Instituto Luiz de Albuquerque. De acordo com o professor Carlos Henrique Patusco, o Instituto

Luiz de Albuquerque, na época, funcionava à noite, no prédio do Grupo Escolar, ocupando algumas salas. O professor Carlos Henrique Patusco observa que o prédio ainda existe:

Aquele prédio bonito, antigo ali na praça da matriz – é um prédio muito bonito na esquina, vale a pena entrar lá e ver, como era o pé direito alto e aqueles negócios de ferro, aquelas escadas, um negócio histórico mesmo. Realmente é muito bonito lá, com madeira, espetacular – foi ali que tudo começou (Entrevista do professor Carlos Henrique Patusco).

Ainda segundo o relato do professor Carlos Henrique Patusco, Salomão Baruki, reitor da universidade à época, contribuiu desde o início para o ensino superior. Em seu relato há uma versão da criação do Instituto:

O Salomão era um cara assim, empreendedor demais. Ele fez o Pedrossian assinar – não sei se é lenda ou se é verdade -, durante um coquetel aqui, na prefeitura antiga, - que é ali na esquina da praça, no centro, onde tem a igreja, naquela praça grande – um documento sobre o Instituto Superior. Foi assim: todo mundo estava tomando whisky e o Salomão já levou pronto o documento. O doutor Pedro Lécio tinha feito um discurso e o Salomão encaixou uma página no discurso. O Pedro, lendo, prometeu que assinaria isso e aquilo na próxima vinda aqui. Quando o Pedro leu aquilo, levou um susto, mas já tinha lido. Disse ainda que o Pedro assinou assim, no joelho, o Instituto Superior. O Pedrossian era o governador naquele tempo, do Mato Grosso integrado, não era dividido ainda (Entrevista do professor Carlos Henrique Patusco).

Lenda ou não, o que se sabe é que, dos centros de ensino superior criados no estado de Mato Grosso, o instalado em Corumbá implantou, no ensino público do sul do estado, os primeiros cursos formais de formação de professores para o ensino secundário: as Licenciaturas Plenas em História, Letras e Psicologia. Posteriormente, em Três Lagoas, criaram-se as Licenciaturas Plenas em Pedagogia, Letras, História, Geografia e Matemática. No ano de 1970 criou-se o Centro Pedagógico de Aquidauana, com cursos de Letras e Estudos Sociais, nas modalidades de Licenciaturas Curtas⁷. De acordo com Paula (apud NOGUEIRA, 2005, p. 45), posteriormente, em 1971, foi criado o Centro Pedagógico de Dourados, nos moldes do Centro Pedagógico de Aquidauana, oferecendo os mesmos cursos para a comunidade.

Nesse contexto, verifica-se que esses centros de ensino superior, localizados no interior, tinham como finalidade a formação de professores. Contudo, neles foram criadas revistas para divulgar conhecimentos científicos e discutir assuntos referentes à Universidade. Como exemplos, temos a revista *Dimensão*⁸ e a coleção

⁷ Essa modalidade de formação de professores será tratada posteriormente, neste mesmo texto.

⁸ A revista *Dimensão* foi criada em 1971 com a intenção de incentivar as publicações dos professores e também de oferecer meios para os docentes divulgarem os resultados dos estudos realizados no Centro Pedagógico de Corumbá. Contudo, Salomão Baruki, reitor à época, ressalta a necessidade de criar a coleção *Cadernos*, para os professores terem um espaço para divulgar monografias,

Cadernos, ambas do Centro Pedagógico de Corumbá. Nelas o projeto de formação de professores leigos do qual trata este nosso trabalho foi divulgado.

De acordo com Nogueira (2005), houve dois importantes momentos da organização das licenciaturas no Sul de Mato Grosso: o primeiro se dá com a criação de Centros de Ensino Superior Isolados e da UEMT; e o segundo com a implantação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Ainda segundo o autor, os idealizadores que visavam à implantação do ensino superior público “valem-se, ao que tudo indica, das diretrizes para a organização do ensino superior estabelecidas pelo regime militar e, também, da ideia de interiorização do ensino superior” (NOGUEIRA, 2005, p.42).

No dia 25 de Novembro de 1970, na sessão solene de Instalação da UEMT, o Dr. João Pereira da Rosa – médico anesthesiologista e vereador –, reitor da Universidade no período 1970-1974, em nome do Governador Pedro Pedrossian, fez a seguinte afirmação:

A Universidade Estadual de Mato Grosso, congregando o Instituto Superior de Pedagogia em Corumbá, os Centros Pedagógicos de Três Lagoas de Dourados e Aquidauana, representa para a juventude mato-grossense a oportunidade de progredir, porque há bem pouco tempo, só havia uma opção: a de emigrar para os grandes centros, descapitalizando de recursos humanos o interior. Para o Estado é transcendental a implantação desta Universidade, que objetivará a formação dos jovens, fazendo-os capazes de promover o progresso social e incorporarem os recursos regionais ao esforço do desenvolvimento (ROSA, 1993, p.67).

O discurso de Rosa não podia ser outro, já que até os anos de 1960 a maioria dos estudantes do Mato Grosso ia para o Rio de Janeiro a fim de dar continuidade aos estudos, sendo que, em 1968, 67% dos médicos do quadro social da Associação Médica de Campo Grande eram diplomados em escolas médicas cariocas -a maioria deles na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, na Praia Vermelha. Para que essa migração pudesse ser estancada, a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso buscava, com alunos e professores, “implantar cursos superiores em Campo Grande” (ROSA, 1993, P.14).

Assim, a UEMT, no Governo de José Fragelli⁹, de 1970 a 1974, consolidou o seu espaço físico na Cidade Universitária de Campo Grande e os Centros Pedagógicos de Três Lagoas, Dourados e Aquidauana, juntamente ao Instituto Superior de Corumbá, incorporaram-se à universidade. Nas palavras de Rosa (1993), a nova estrutura caracterizou a Universidade Estadual de Mato Grosso “como uma

relatórios de pesquisas e trabalhos de cunho científico (ALVES, 1973).

⁹ José Manuel Fontanillas Fragelli, advogado, foi eleito governador em 1970. Foi também senador, destacando-se como presidente do Congresso Nacional de 1985 a 1988.

‘multiversidade’, inserindo-se em importantes polos de desenvolvimento do então Mato Grosso Uno” (ROSA, 1993, p.102).

A atuação da UEMT de Corumbá nos cursos de Licenciaturas Parceladas

Pedagogo, professor e historiador, nosso primeiro entrevistado, Gilberto Luiz Alves, mudou-se para Cuiabá no início da década de 1970. Com a intenção de formar recursos humanos pelo interior do estado, mais especificamente no sul do Mato Grosso Uno, ele idealizou um projeto de formação de professores leigos, em parcelas que ocorreriam durante as férias escolares. Esse projeto foi denominado *Licenciatura Parcelada de Curta Duração de Ciências*. O professor Gilberto Luiz Alves, indicou, durante a entrevista que nos concedeu, como e quando foi pensada a criação do curso voltado a formar professores para atuar no ensino de 1º grau¹⁰. “O momento em que tive contato com as ideias sobre as Licenciaturas Parceladas de Curta Duração foi durante a minha especialização, [...] realizada em 1971, no primeiro semestre, antes da aprovação da lei 5.692”.

À época, o professor Gilberto Luiz Alves trabalhava na Secretaria Estadual da Educação e foi selecionado pela instituição para fazer um curso de especialização em Brasília que, nas palavras dele, “de fato preparou, como diziam na época, os Recursos Humanos para implantação da Reforma de 1º e 2º grau”.

Contudo, vale ressaltar que a ideia de graduação em licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração é anterior à elaboração da lei de 1971, pois mesmo que o ensino obrigatório fosse somente de quatro anos, segundo a LDB de 1961, existia uma enorme carência de professores. Por esse motivo, o conselheiro Newton Sucupira, em 1964, apresentou, no texto intitulado *Sobre o exame de suficiência e formação do professor polivalente para o ciclo ginásial* ao Conselho Federal de Educação¹¹, uma proposta de Licenciatura Curta (NASCIMENTO, 2012). Com o intuito de minimizar e até mesmo eliminar o obstáculo da falta de profissionais qualificados e da carência de professores em determinadas regiões, o que não

¹⁰ O ensino de 1º grau, à época, tinha quatro anos. Equivale, atualmente, ao ensino de primeiro ao quinto ano.

¹¹ O Conselho Federal de Educação (CFE) foi instalado em 12 de Fevereiro de 1962 e, segundo a LDB 1961, esse órgão deveria ser dividido em câmaras para determinar e resolver assuntos pertinentes ao ensino primário, médio e superior. Desse modo, com essa finalidade, em Setembro de 1962, o CFE aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) relativo ao período de 1962 a 1972. O plano, nas palavras de Romanelli (1996), previa a escolarização de toda a população entre sete e quatorze anos – alunos do ensino primário e das duas primeiras séries ginásiais – de metade da população entre 13 a 15 anos – que estariam nas duas últimas séries do ginásio -; e de 1/3 da população entre 15 e 18 anos – alunos das séries colegiais. Porém, segundo Romanelli (1996), esses percentuais não foram atingidos.

permitia o processo de expansão da escola brasileira, foi proposta a criação das Licenciaturas Curtas (BARALDI, 2003; FERNANDES, 2011; CURY, 2011).

De caráter experimental e emergencial, a Licenciatura Curta tinha como finalidade formar a maior quantidade possível de docentes para a atuação no ensino de 1ª a 8ª séries, com a mínima qualificação necessária, no menor tempo e custo possíveis. Argumentava-se que “mais valeria uma formação aligeirada do que formação alguma” (NASCIMENTO, 2012, p. 341).

Segundo as observações de Alves (1973, p.24), a proposta das Licenciaturas Parceladas de Curta Duração iniciou-se no Mato Grosso¹² somente em 1972, quando a Universidade Estadual de Mato Grosso realizou convênio com a Secretária de Educação e Cultura, passando a oferecer Licenciaturas Parceladas de Curta Duração nos Centros Pedagógicos localizados em Corumbá, Aquidauana¹³, Três Lagoas¹⁴ e Dourados¹⁵. A Secretaria de Educação do Estado tinha o papel de indicar municípios para sediarem os cursos e os professores deveriam fazer a inscrição nas Licenciaturas Parceladas de Curta Duração de Ciências. Por sua vez, a UEMT fazia a divulgação nos municípios em torno da futura sede. Nas palavras de Rosa (1993), com comunidades tão carentes de oportunidade, muitos docentes ficaram entusiasmados com o convite. O mesmo autor afirma que em 1969 ocorreu a primeira solicitação ao Conselho Federal de Educação para autorizar o regime especial das Licenciaturas de Letras, Estudos Sociais e Ciências do 1º Ciclo. A Faculdade de Filosofia da Universidade de Passo Fundo (RS) foi a primeira a obter autorização e efetivar essa proposta no território nacional¹⁶.

¹² É importante lembrar que nos referimos, aqui, ao Mato Grosso, pois esse período antecede a divisão do estado.

¹³ Aquidauana é um município brasileiro sul mato-grossense, situado a 139 km de Campo Grande, capital do estado.

¹⁴ Três Lagoas é uma cidade localizada no estado de Mato Grosso do Sul, a terceira mais populosa do estado, e está a 339 Km da capital.

¹⁵ Dourados é uma cidade localizada no estado do Mato Grosso do Sul a 235 km da capital sul mato-grossense.

¹⁶ Durante o desenvolvimento desta pesquisa, observamos que as Licenciaturas Parceladas foram ofertadas primeiramente no Rio Grande do Sul – como destacado por Gilberto Luiz Alves -, depois ela se propaga em algumas regiões de grande carência à época, como o Mato Grosso Sul, Mato Grosso, Bahia e Goiás. Os trabalhos de Moreira (2016), Both (2014); e Dalcin e Silva (2012) abordam as Licenciaturas Parceladas no estado de Mato Grosso e explicitam que até hoje são ofertadas licenciaturas nesta modalidade pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Na Bahia, como observa Braga (2011), esses cursos foram ofertados, na década de 1970, a partir do Programa de Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores de Ciências Experimentais e Matemática (Protap) com a finalidade de oferecer formação para os professores na área de Ciências do 1º grau. Já em Goiás, o trabalho de Arantes (2013) nos revela que com a criação da Universidade Estadual de Goiás (UEG), em 1999, foi também criado o Projeto Emergencial de Licenciatura Plena Parcelada que formou, até 2005, 21.730 alunos, nas áreas de Geografia, Pedagogia, Biologia, Química, História, Matemática,

No Mato Grosso, as cidades de Paranaíba¹⁷, Ponta Porã¹⁸, Coxim¹⁹ e Rondonópolis²⁰ foram as primeiras sedes no estado. Para coordenar os cursos, a universidade convidou os diretores dos Centros Pedagógicos mais próximos. O Art. 1º da portaria nº 90, de 20 de Dezembro de 1973, assinada por João Pereira da Rosa (então reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso), nomeia como coordenadores dos cursos de Licenciaturas Parceladas de Curta Duração em Coxim, Paranaíba, Ponta Porã e Rondonópolis, respectivamente, Dória Mendes Trindade, Jair Gonçalves, Milton José de Paula e Salomão Baruki. Em Rondonópolis, o projeto de Licenciaturas Parceladas de Curta Duração, ministrado e organizado pelo Centro Pedagógico de Corumbá, ofertou os cursos de Letras, Estudos Sociais e Ciências.

Figura 2: Mapa com os Centros Pedagógicos e os Polos das Licenciaturas Parceladas.



Fonte: Elaboração dos Autores

Alguns colaboradores, como o professor Sérgio Delvizio Freire, relatam que não têm a mínima ideia sobre como foram escolhidos os polos. Todavia, o

Letras e Educação Física.

¹⁷ Paranaíba, cidade sul mato-grossense, localiza-se a 413 Km da capital do estado.

¹⁸ Ponta Porã é uma cidade localizada na região sudoeste sul mato-grossense e faz divisa com o Paraguai. Ponta Porã dista 350 km da cidade de Campo Grande, capital do estado.

¹⁹ Coxim é o maior e mais populoso município da região norte do estado de Mato Grosso do Sul. Está localizado a 255 Km da capital do estado.

²⁰ Rondonópolis é uma cidade do estado de Mato Grosso localizada a 210 Km de distância da capital Cuiabá.

professor Masao Uetanabaro diz que tais polos eram indicados pela Secretaria de Educação do estado, o que era perfeitamente aceitável, por serem, na visão dele, “pontos estratégicos dentro do estado, ou onde a carência de professores era maior” (Entrevista do professor Masao Uetanabaro).

Nessa mesma ótica, o professor Gilberto Luiz Alves explica que esses polos foram pensados como centros regionais que atrairiam facilmente, devido às condições de transporte da época, os professores para realizarem o curso. Pensaram, além disso, em cidades que tivessem infraestrutura para abrigar essas Licenciaturas. Desse modo, Dourados ofereceria o curso em Ponta Porã; Corumbá em Rondonópolis; Três Lagoas em Paranaíba; e Aquidauana em Coxim. O professor Masao Uetanabaro ainda lembra que, na década de 1970, ele participou das Licenciaturas Parceladas em três cidades: Rondonópolis, Arenápolis e Ponta Porã. Recorda que, neste último, o *campus* de Dourados deveria oferecer o curso. Porém, como não havia o curso de Ciências em Dourados, o *campus* de Corumbá supriu essa necessidade, de tal modo que ele também lecionou em Ponta Porã. Esse fato foi também registrado pelo professor Gilberto Luiz Alves, que se lembra de Corumbá ter oferecido as Licenciaturas Parceladas em Nortelândia, concluindo que a UEMT fez um trabalho abrangente do ponto de vista geográfico, uma vez que ofereceu e realizou iniciativas dessa natureza por todo o estado.

No interior do Mato Grosso, as condições eram favoráveis para a implantação das Licenciaturas Parceladas de Curta Duração. Segundo Rosa (1993), como a maioria dos professores que precisava graduar-se tinha domicílio, família e emprego nos municípios do interior do estado, eles viam-se impedidos de deslocar-se para uma cidade em que houvesse a possibilidade de formação “regular”. Nesse cenário, em que maioria dos envolvidos com a Educação no interior do estado precisava de formação, a Universidade Estadual de Mato Grosso – UEMT – optou por ir até esses grupos, oferecendo-lhes uma oportunidade, talvez única, de qualificar-se. A proposta feita por Alves (1973, p.17-18) tinha como finalidade minimizar a falta de profissionais qualificados, pois, de acordo com o autor e idealizador das Licenciaturas Parceladas de Curta Duração no Mato Grosso, havia em exercício no ensino de 1º grau, em 1970, 6267 professores. Desses, 21,9% eram leigos “com orientação”²¹ e 32,8% leigos sem orientação, totalizando 54,7% de professores leigos atuantes nesse nível de escolaridade.

Mesmo tendo alguns polos já pré-definidos no projeto, as aulas aconteceram também em lugares não previstos, como em Corumbá. Todavia, é justificável as aulas acontecerem nessa cidade, já que os professores que as ministravam e

²¹ São assim chamados os professores que contavam com alguma orientação pedagógica, direta ou indiretamente, dada pelo serviço de Supervisão de Ensino do Estado de Mato Grosso.

também os materiais utilizados e a parte administrativa eram daquele Centro Pedagógico. Além disso, as falas de nossos colaboradores levam-nos a entender que não havia um lugar fixo para cada etapa seguinte. O primeiro indício de que o polo era cambiante aparece na fala da secretária Maria Luiza: “O curso de Ciências iniciou aqui, mas algumas aulas foram em Nortelândia e os professores daqui, deste *campus*, do próprio curso de Ciências regular, se deslocavam para ministrar as disciplinas”.

A partir das fontes consultadas – as já disponíveis e aqueles que criamos a partir das entrevistas realizadas –, compreendemos que a Licenciatura Parcelada de Curta Duração de Ciências não se diferenciava da Licenciatura de Curta Duração de Ciências em modalidade regular em alguns aspectos: ambas compartilhavam a mesma grade curricular, os mesmos recursos didáticos, os mesmos livros e até o mesmo corpo docente. Modificava-se apenas o modo de trabalho devido à forma concentrada, ainda que se tenha mantido a predominância do trabalho tradicional com os alunos. Os professores, em seus depoimentos, alegam que o material do curso era totalmente apostilado e que, devido às inúmeras horas de trabalho diário, as aulas eram cansativas. Ainda assim, os alunos reuniam-se após o período escolar para estudos em grupo. Os mesmos professores ressaltam que trabalhar com laboratórios ou com materiais diferenciados era quase impossível, pois eles precisavam levar todo o material até o polo, o que dificultava – via de regra impedindo – um trabalho diferenciado. Porém, devido à experiência que os alunos-professores traziam de suas salas de aula, as problematizações eram frequentes e, com isso, um pouco do contexto das escolas do sistema regular de ensino básico, efetivamente, chegava até a Universidade.

Apesar dos nossos próprios colaboradores destacarem várias limitações e problemas desses cursos, como, por exemplo, o curto tempo para os alunos assimilarem, sistematizarem e problematizarem o conteúdo; a limitação do uso de laboratórios e trabalhos com aulas práticas; a falta de contato entre os docentes; a falta de materiais didáticos e uma infraestrutura precária, nossos colaboradores acreditam que as Licenciaturas Parceladas de Curta Duração de Ciências foram de grande valia, mas discordam entre eles sobre os alunos terem tido uma boa formação. No entanto, é frequente e dominante, nas falas dos entrevistados, o registro sobre o intenso interesse dos alunos-professores, o que tornava, segundo os nossos colaboradores, gratificante lecionar nessa modalidade de ensino. Assim, talvez pela maturidade dos alunos-professores, talvez por um reconhecimento ao trabalho e engajamento dos professores universitários, os alunos dedicavam-se de modo muito mais intenso que os alunos dos cursos regulares, garantindo, desse modo, um relativo sucesso a essa modalidade de licenciatura. Em nosso

entendimento, é possível que o sucesso que os professores atribuem à iniciativa esteja vinculado ao fato deles terem incorporado o que a lei explicitamente rezava: antes pouco que nada. Mas foi, sim, pouco, já que os alunos saíam, na visão de muitos dos nossos colaboradores, com deficiências, pois esse modelo de formação tinha muitas limitações que precisariam ser revistas. Entretanto, não houve tempo para readequações além de algumas reformulações no programa das Licenciaturas Parceladas, já que os cursos foram interrompidos.

A interrupção do projeto, na visão de alguns de nossos colaboradores, está relacionada com o custo para oferecer essas licenciaturas e também por terem surgido, à época, diversos cursos, em várias regiões, oferecidos por escolas privadas²². Nossos estudos nos permitem aventar uma outra possibilidade: o último curso foi aquele oferecido em Nortelândia, no norte do estado, concluído em 1978, um ano depois do Governo Federal decretar a divisão do estado. Com a divisão do Mato Grosso Uno ocorreu a federalização da UEMT, que passou a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela Lei Federal nº 6.674, de 1979. Com isso, uma das incorporações da UEMT para a realização das Licenciaturas Parceladas de Curta Duração de Ciências, o Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Essa tentativa de interiorizar a UEMT não somente na região sul do estado, mas também no norte, perdeu o sentido com a divisão do Mato Grosso Uno. Talvez os dirigentes, juntamente aos agentes educacionais, acreditassem que somente os Centros Pedagógicos – *campus* da universidade federalizada - e os cursos regulares neles oferecidos já atenderiam as regiões do novo estado, o Mato Grosso do Sul. Até onde pudemos compreender, devido à grande quantidade de professores leigos no estado, as Licenciaturas Parceladas de Curta Duração de Ciências ajudaram a minimizar a carência de professores formados, mas não supriram toda a necessidade existente. Esse fato é afirmado pelo professor Masao Uetanabaro: “Mas é obvio que nem todos foram atendidos. Eram muitos leigos que já atuavam no magistério e nem todos foram contemplados na época”.

Algumas considerações

²² De acordo com Zandomenighi e Pinto (2016), uma das instituições particulares de ensino superior do estado de Mato Grosso do Sul, à época, o CESUP – Centro de Ensino Superior de Campo Grande, atual Universidade Anhanguera-Uniderp – foi instalado em 1974 e iniciou suas atividades com a autorização do CFE-Conselho Federal de Educação em 1976 com o Curso de Graduação de Professores da Parte de Formação Especial do Currículo do Ensino de 2º grau. Essa informação nos leva a conjecturar que cursos de complementação às Licenciaturas Curtas estavam sendo oferecidos por instituições particulares, corroborando com o que observa o professor Gilberto Luiz Alves.

Inicialmente, para que as Licenciaturas Parceladas ocorressem, foram definidos, por sugestão da Secretaria Estadual de Educação, polos estratégicos que buscassem atender às necessidades de cada região. O que percebemos em nossos estudos é que o Centro Pedagógico de Corumbá (inicialmente responsável pelo oferecimento dessa modalidade de formação de professores em Rondonópolis), precisou atender o polo de Ponta Porã, que deveria ser atendido pelo *campus* de Dourados - que não possuía curso de Ciências Biológicas. Desse modo, o Centro de Corumbá enviou professores para suprir tal deficiência. Posteriormente, o Centro Pedagógico de Corumbá ofereceu o curso em Nortelândia, no extremo norte do Mato Grosso. Na prática, nossa pesquisa revela elementos relativos à dinâmica e aos princípios da Licenciatura Parcelada de Curta Duração de Ciências dos três polos, uma vez que os depoentes explicitam as suas experiências concomitantemente. Seus depoimentos nos mostram que a escolha das localidades desses cursos, de algum modo, subverteu as relações de poder existentes, já que apenas Ponta Porã fazia parte do sul do Mato Grosso Uno, local onde estava localizada a UEMT, enquanto os dois outros polos – Rondonópolis e Nortelândia – faziam parte do norte do estado. Percebe-se também a intenção de interiorizar a UEMT não apenas em regiões predominantemente ao sul do Mato Grosso, como ocorreu com a instalação dos Centros Pedagógicos. Além disso, podemos dizer que as Licenciaturas Parceladas de Curta Duração de Ciências somente aconteceram devido à disposição do Centro Pedagógico de Corumbá que praticamente realizou sozinho os cursos nos três polos mencionados.

Podemos observar que o projeto executado pela UEMT, juntamente com os Centros Pedagógicos (mais especificamente com o Centro Pedagógico de Corumbá) conseguiu, de um modo tímido, mas eficaz, atender e oferecer oportunidade de formação a uma significativa parcela de professores leigos do ensino básico, mesmo com todas as limitações e dificuldades para a execução de um projeto dessa natureza e envergadura.

Referências

- ALVES, G. L. As Licenciaturas Parceladas de curta duração dentro de uma política de formação de recursos humanos. *Coleção Cadernos*. Corumbá, MT. n.1. p. 01-63, 1973.
- BARALDI, I. M. *Retraços da Educação Matemática na região de Bauru (SP): uma história em construção*. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Rio Claro, 2003.
- BARUKI, S. A Universidade e o Desenvolvimento Regional. *Dimensão*. Corumbá, MT. n.5/7. p.07-11, 1975.
- BITTAR, M. *Mato Grosso do Sul a construção de um estado: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

- BOTH, B. C. *Sobre a formação de professores de matemática em Cuiabá-MT (1960-1980)*. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática – Universidade Estadual Paulista – Unesp, Rio Claro, 2014.
- BOURLEGAT, C. A. L. *Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais*. Tese de doutorado. Unesp. Presidente Prudente, 2000.
- BRAGA M. N. S. A Relevância do Programa de Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores de Ciências Experimentais e Matemática – PROTAP (1969-1974) na Formação de Professores de Matemática na Década de 70. *Anais do IX Seminário Nacional de História da Matemática*. Sergipe, 2011.
- CURY, F. G. *Uma história da formação de professores de Matemática e das Instituições formadoras do Estado de Tocantins*. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista – Unesp, Rio Claro, 2011.
- DALCIN, A.; SILVA, A.A. *Memórias do Curso de Licenciatura em Matemática da Unemat de Barra do Bugres*. Cuiabá: KCM Editora, 2012.
- FAORO, T.C.T. *A Formação de Professores de Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: um olhar sobre os anos iniciais da licenciatura em Dourados*. 2014. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS. 2014.
- FERNANDES, D. N. *Sobre a formação do professor de matemática no Maranhão: cartas para uma cartografia possível*. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista – Unesp, Rio Claro, 2011.
- GONZALES, K.G. *Formar professores que ensinam Matemática: uma história do movimento das Licenciaturas Parceladas no Mato Grosso do Sul*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências – Bauru, 2017.
- MOREIRA, W. B. *Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá... : sobre o Projeto Inajá e a formação de professores no médio Araguaia*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Unesp Rio Claro, 2016.
- MORO, N. D. O poder legalizado no processo de formação das fronteiras econômica e demográfica no sul do Estado de Mato Grosso (décadas de 1960-70). *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 3, n. 6, 2009.
- NASCIMENTO, T. R. A criação das Licenciaturas Curtas no Brasil. *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 12, n. 45, 2012.
- NOGUEIRA, R. G. A formação do professor de Matemática nos cursos de Licenciatura da UEMT: 1962-1979. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS*, v.11, n.21, p.40-51, 2005.
- ROSA, J. P. *As duas histórias da Universidade: 1966-1978*. Campo Grande: Núcleo de Imprensa Universitária, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul –UFMS, 1993.
- SILVA, C. R. M. da. *Uma, Nove ou Dez Narrativas sobre as Licenciaturas em Ciências e Matemática em Mato Grosso do Sul*. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista – Unesp, Rio Claro, 2015.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.